

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.636.096 - DF (2019/0367704-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : ALYSSON BARBOSA ASSIS**  
**ADVOGADOS : ALESSANDRO DOS SANTOS LOPES - PI003521**  
**THIAGO SARAIVA NUNES MACHADO - PI011357**  
**ALINE MELO BRAGA - PI011654**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL  
AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE  
FORMAÇÃO DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO  
AMAZONAS POSSIBILIDADE CUMPRIMENTO DE ESTÁGIO  
PROBATÓRIO POSSIBILIDADE PRECEDENTES DESTA CORTE  
SITUAÇÃO FÁTICA CONSOLIDADA

Alega violação do art. 20, § 4º, da Lei n. 8.112/90 e do art. 14, § 1º, da Lei n. 9.624/98, no que concerne à vedação de servidor público federal afastar-se do seu cargo para curso em outro cargo das esferas, estadual, distrital e municipal.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção da decisão.

Nesse sentido: “Existindo fundamento de índole constitucional, suficiente para a manutenção do acórdão recorrido, cabia à parte recorrente a interposição do imprescindível Recurso Extraordinário, de modo a desconstituí-lo. Ausente essa providência, o conhecimento do Especial esbarra no óbice da Súmula 126/STJ, segundo a qual 'É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para

# *Superior Tribunal de Justiça*

mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário'. Precedentes do STJ” (AgInt no AREsp 1.288.579/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 821.329/PB, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 13/2/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1.445.887/PR, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no AREsp 1316610/SC, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 6/12/2018; e AgRg no AREsp 800.057/RN, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 14/11/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente